



GERONTOLOGIA EDUCACIONAL: QUE??

Tereza Rosa Lins Vieira

Universidade Federal de Pernambuco tereza_lins@hotmail.com

RESUMO

Este estudo apresenta resultados de pesquisa realizada sobre o desenvolvimento da gerontologia educacional brasileira, através de uma abordagem metodológica interdisciplinar. O referencial teórico está baseado em uma revisão sistemática da literatura disponível. Obtive os dados em pesquisas realizadas entre 2000 e 2015, sobre essa temática, inclusive, usando meios online: Portal da Capes, do INEP, do MEC, e do IBGE, Plataforma Lattes, Domínio Público, Revistas Científicas, etc. Constatado que a gerontologia educacional brasileira, em suas três áreas majoritárias de atuação, se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento. Concluo que, a permanecer a gerontologia educacional brasileira nesse estado embrionário de desenvolvimento, dificilmente, o (a) velho(a) brasileiro(a) construirá o seu empoderamento e tampouco serão construídos a solidariedade intergeracional e um envelhecimento populacional digno.

Palavras-chaves: Gerontologia Educacional; Educação; Velho(a); Estado Embrionário de Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article, based upon the results of a continuing research with interdisciplinary methods (from 2000 until 2015), presents the results of a research about the development of Brazilian educational gerontology. Its theoretical approach derives from a systemic review of the literature. Data from the ongoing research are used as well as material available from internet sources like the sites from CAPES, INEP, MEC, IBGE, Plataforma Lattes, as well data from the public domain and scientific journals. As a result all of the three major areas of this Brazilian educational gerontology are found to be in quite an incipient state of development. In conclusion, if the state of the current level of incipient development does not change, then this will put severe limits upon the empowerment of elderly citizens, the growth of intergenerational solidarity, and, in general, upon a dignified populational process of the increase of the number of elderly people.

Keywords: Educational Gerontology; Education; Elderly; Incipient State of Development.

INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento brasileiro é uma realidade. Atualmente, o Brasil tem 23 milhões de pessoas com 60 anos e mais de idade. No entanto, a ausência de informações e conhecimentos relativos ao envelhecimento, que desmistifique esse fenômeno, faz com que a população não consiga se preparar para viver um envelhecimento saudável e desfrutar dos benefícios advindos dessa nova fase da vida, como a aposentadoria. Ao contrário, a aposentadoria é encarada

como a morte, o fim da vida, etc. A sociedade brasileira, em geral, não dá o devido valor à experiência dos (as) velhos (as) e os (as) marginalizam já a partir de casa.

As organizações - com raríssimas exceções - não dão oportunidades aos idosos. As cidades não são urbanizadas pensando nas necessidades de acessibilidade para essa parcela da população, os governantes encaram a população idosa como um peso, que consome bastante dinheiro público. Os jovens veem os idosos como pessoas que não têm nada a acrescentar às suas vidas, chegando mesmo a pensar que alguns desses idosos estão tomando o seu lugar no mercado de trabalho. A academia se preocupa mais com pesquisas sobre o binômio saúde-doença do que sobre a prevenção e promoção da saúde e sobre a educação do(a) velho(a) brasileiro(a). Os congressos na área do envelhecimento, sempre privilegiam temas relacionados às enfermidades, exaltando, assim, a geriatria em detrimento da gerontologia social, e mais especificamente, da gerontologia educacional o que faz com que os “mitos” e estereótipos sobre o processo de envelhecimento e a velhice permaneçam na sociedade.

Dentro deste contexto, pouco se escreveu e se falou sobre a importância de se investigar as três áreas majoritárias de atuação da gerontologia educacional para identificar e reverter o estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra a gerontologia educacional brasileira. A pouca investigação provocou lacunas que precisam ser supridas, para que esse estado seja revertido, haja vista, o grau de analfabetismo do(a) velho(a) brasileiro(a) e o rápido envelhecimento da população no mundo, e especificamente, no Brasil.

Alertei (Lins,T.2009) que o(a) velho(a) brasileiro(a) tem poucos anos de estudos e que a baixa escolaridade faz com que não consigam atuar na nova sociedade da aprendizagem e da informação, uma vez que muitos não tiveram acesso, na “*idade certa*”, a uma educação regular e os que tiveram não a tiveram de boa qualidade e os que buscam agora essa educação, tampouco a encontram, pois, a escola, seu corpo docente e demais funcionários não estão preparados para recebê-los. Os profissionais brasileiros que trabalham com os(as) velhos(as), na

educação regular ou em programas educativos, não têm formação específica para atender as necessidades de aprendizagem e empregabilidade desses velhos.

Postas essas considerações, posso afirmar que a gerontologia educacional brasileira se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento por causa da sua invisibilidade no meio acadêmico - a despeito de algumas pesquisas realizadas na área nos últimos anos - na legislação educacional e nas políticas públicas.

Em outro momento (Lins,T.2004) identifiquei que a disciplina responsável pela educação do(a) velho(as) pela formação desses profissionais, e da sociedade em geral, nas questões relativas ao envelhecimento, é a gerontologia educacional em suas três áreas majoritárias de atuação designadas assim por Peterson (1976 apud, Peterson, 1990).

Para Peterson (1990) a gerontologia educacional se divide em uma área prática e outra de conhecimento e inclui três áreas majoritárias de atuação - para nomear essas áreas, utilizei a terminologia definida por Thorton (1982, apud Lins,T.2004) para elas - a 1ª área, Educação de Adultos Maiores, se dedica à educação do(a) velho(a), a 2ª área, Gerontologia Educativa, é dedicada à educação do público em geral e específico sobre o(a) velho(a) e o envelhecimento. E, a 3ª área, Gerontologia Acadêmico Profissional, está dirigida à educação de profissionais ou estagiários que vão trabalhar com e favor do(a) velho(a).

Compreendi (Lins,T. 2004) que a gerontologia educacional, através das suas três áreas majoritárias de atuação, constitui-se uma exigência e necessidade das sociedades contemporâneas para enfrentar o rápido envelhecimento populacional, intervindo na construção e implementação de políticas dirigidas a adultos maiores, bem como, criando políticas educacionais e contribuindo para o empoderamento do (a) velho (a) brasileiro.

Reafirmo (LinsT.2009) que para reverter o estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra a gerontologia educacional brasileira, urge que todos os atores que transitam por essa área , inclusive, o próprio idoso que na sua

maioria, não se assume, como velho, tenham uma visão positiva da velhice e do envelhecimento. E a partir disso, capitaneados pela gerontologia educacional, participem da desconstrução dos “mitos” sobre a velhice e o envelhecimento.

É justificada a relação entre educação e envelhecimento, numa sociedade que envelhece, uma vez que o envelhecimento populacional modifica as necessidades formativas da sociedade: em relação ao velho com o aumento da expectativa de vida deste; em relação aos profissionais que passaram a prestar serviços uma maior quantidade de velhos; e em relação aos outros membros da sociedade que precisaram de conhecimentos sobre o envelhecimento, para lograr um envelhecimento com qualidade.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o estado embrionário de desenvolvimento da gerontologia educacional brasileira e ao mesmo tempo, mostrar o impacto desse estado na vida do velho (a) brasileiro (a) e da sociedade em geral.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, adotei uma abordagem metodológica interdisciplinar em que utilizei as abordagens qualitativa e quantitativa da pesquisa social. O referencial teórico está baseado em uma revisão sistemática da literatura disponível. Tive como recorte empírico a gerontologia educacional em suas três áreas majoritárias de atuação. Como diretriz principal: apresentar o estado embrionário de desenvolvimento da gerontologia educacional brasileira. Baseei esta diretriz em dados obtidos em pesquisas que realizei entre os anos de 2000 e 2015, sobre essa temática; e em meios online: Portal da Capes, do INEP, do MEC, e do IBGE, Plataforma Lattes, Domínio Público, Revistas Científicas, etc.

A partir dos dados obtidos na investigação, construí pistas que apontavam o estado embrionário de desenvolvimento da gerontologia educacional brasileira. Em seguida, essas pistas foram agrupadas e distribuídas em três categorias: a) Educação de Adultos Maiores; b) Gerontologia Educativa; c) Gerontologia Acadêmico-Profissional; para análise e discussão, posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Encontrei (Lins,T.2009) que no Brasil a gerontologia educacional não consta como área ou subárea de conhecimento da gerontologia ou da gerontologia social. Mas, entendo que da mesma forma que outras disciplinas se inscrevem na gerontologia social e tem o seu reconhecimento enquanto subárea da gerontologia, a gerontologia educacional, também deve ser reconhecida como subárea, uma vez que ela abarca: 1) a educação de adultos maiores; 2) a educação da população e de adultos maiores sobre o envelhecimento; 3) a formação de profissionais para trabalhar de forma direta ou indireta com os adultos maiores; e também se insere na gerontologia social. A seguir, nas três categorias já citadas, apresentarei os resultados e farei a discussão, simultaneamente.

Educação de Adultos Maiores

A primeira pista desta categoria é a ausência de uma Política Nacional de Educação da Pessoa Idosa. A educação do velho(a) brasileiro(a) é regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 - apesar de não fazer referência à educação do(a) velho(a), em seus artigos, mesmo quando aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - o título já diz a quem se destina - porém, como esta educação está destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, abre uma brecha para a inclusão do(a) velho(a), pois, muitos(as) velhos(as) brasileiros não tiveram acesso ou continuidade de estudos, no entanto, essa educação não é dirigida ao velho(a) brasileiro(a).

Encontrei(Lins,T.2009) uma rápida referência à questão da educação do(a) velho(a) brasileiro(a) no Parecer CNE-11/2000 CEB – 1/2000, quando este aponta que o(a) velho(a) pode atualizar os seus conhecimentos na EJA.

No Brasil a legislação dirigida ao(a) velho(a) é quem se encarrega de abordar o tema da educação para o(a) velho(a), porém dá apenas diretrizes, como é o caso da PIN (Política Nacional do Idoso) Lei nº.8.842 de 4 de janeiro de 1994, no capítulo

IV art.10 – III – na área da educação que preconiza que os currículos, metodologias e material didático devem se adequar aos programas educacionais destinados ao(a) velho(a), assim como, devem ser desenvolvidos programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequados às condições dos(as) velhos(as); e também preconiza que como meio de universalizar o acesso às diferentes formas de saber, se deve apoiar a criação de universidades abertas para a terceira idade. À exceção do apoio à criação de universidades abertas para a terceira idade, as outras diretrizes citadas, ainda não se concretizaram.

É no Estatuto do Idoso, Lei nº.10.741/2003 de 1º de outubro de 2003, que o velho(a) brasileiro(a) tem assegurado direitos especiais, pois, este é a principal Lei para esse fim. Entre esses direitos especiais, está o direito à educação e o acesso a essa educação, sobre os quais versam os artigos 20, 21 e § 1º, respectivamente, do capítulo V do Estatuto do Idoso.

Reafirmo (Lins,T.2009) que a inexistência de uma legislação específica para tratar da educação do idoso, principalmente, de uma Política Nacional de Educação, talvez se deva ao fato de que “A educação ofertada aos adultos maiores, não deixa de ser a educação não-funcional, que foi dirigida para os adultos uma geração atrás que hoje são os adultos maiores (Jarvis, 2002),” por isso, como já comentei anteriormente, conste apenas na legislação que versa sobre a educação de adultos (EdA) e educação de jovens e adultos (EJA) do país.

A segunda pista desta categoria é a educação atual dirigida ao velho(a) brasileiro(a) que ainda está muito longe de atender às necessidades formativas dos(as) velhos(as), onde se faz o uso indevido da palavra educação, para nomear muitos programas que seriam mais bem descritos, como recreação ou participação, e que eles se apresentam sob o título de educação.

Chamei (Lins,T.(2004) a atenção, que Peterson (1990), afirma que o fato de existir a bastante tempo uma gama muito grande de diversos tipos de programas educacionais com formatos diferentes, entre outras coisas, não permite que eles

sejam facilmente identificados e caracterizados, tornando-os difíceis de serem descritos. Ainda segundo ele, o fato de não ter uma história formal sobre eles, quando investigados, oferecem somente informações limitadas sobre sua gênese coletiva.

Compreendi (Lins,T.2009) que, assim como a educação dos(as) velhos(as) tem a sua prática e teoria na educação de adultos, os programas educacionais para os adultos maiores, segundo Peterson (1990), refletem a história e a herança do movimento educacional de adultos.

A partir dos dados levantados concluí que, no caso brasileiro, especificamente, a educação regular dirigida ao velho(a) brasileiro(a) está restrita ao que é oferecido na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado pelo Governo Federal em 2003.

Em 1999, Berquó já apontava que era bastante baixa a escolaridade na população idosa e esta era tanto mais grave quanto mais velhas as coortes.

Entendo que essa baixa escolaridade é conseqüência do tipo de educação ofertada ao idoso brasileiro, uma vez que esse tipo de educação não satisfaz as necessidades formativas do velho(a) brasileiro(a). Essa baixa escolaridade provoca uma maior dificuldade para o acesso ao mercado de trabalho - daquele que quer e/ou precisa continuar trabalhando - impedindo-o de suprir as necessidades para a sua sobrevivência. Assim como pode impedir a sua desenvoltura no mundo tecnológico em que vivemos, atualmente, dificultando o acesso a novas formas de conhecimento. Portanto, essa baixa escolaridade, como outras causas, pode responder pela situação de dependência em que vivem muitos velhos(as) brasileiros (as).

Apontei (Lins,T. 2015) que na Síntese dos Índices Sociais (SIS,2013) a diminuição do percentual de pessoas que eram sem instrução e menos de um ano de estudo continua uma tendência de queda, o percentual caiu 36,4% em 2004 para 28,1% em 2011. Contudo, apesar dessa ligeira queda na baixa escolaridade

devido a investimentos em educação pelo Governo Federal nos últimos 12 anos - vemos com clareza que esta ainda persiste.

Evidenciei (Lins,T.2009) que, para acontecer uma educação que atenda às necessidades de aprendizagem do(a) velho(a), é necessário responder antes a cinco interrogantes básicos identificados por Martin García (1999 apud, LinsT.2009,p.171): por que, para que, o que, onde e como da educação do(a) velho(a). Interrogantes estes que devem ser levados em consideração na hora de se planejar programas educacionais para os adultos maiores, evitando assim o uso indevido da palavra educação.

O exposto deixa claro, que essa área majoritária se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento, porém, não está só, se juntam a ela, a 2ª e 3ª áreas. Fato que poderá ser visto, facilmente, a seguir, nas próximas categorias.

Categoria Gerontologia Educativa

Assim como a Educação de Adultos Maiores se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento, a Gerontologia Educativa, também se encontra, e uma das consequências do estado embrionário de desenvolvimento da gerontologia educacional brasileira, e principalmente, dessa 2ª área de atuação, é o preconceito – primeira pista desta categoria - em relação ao velho e a negação da velhice que se revela/desvela no uso de eufemismos para tratar o velho(a) brasileiro(a) e a velhice. Há uma relutância das pessoas em utilizar o termo “velho” para se referir às pessoas de 60 anos e mais de idade no Brasil, levando-as a designá-las sempre com eufemismos, tais como: terceira idade, sempre jovens, idosos, pessoas idosas, pessoas de mais idade, vovó e vovô, etc., evitando assim, se referirem às pessoas de 60 anos e mais de idade como “velho”. Entendo que o preconceito é a mola propulsora dessa atitude e que as pessoas de 60 anos e mais de idade, assim como a sociedade em geral, fogem da palavra “VELHO” pelo que ela representa no imaginário da sociedade ocidental, com isso as velhas e os velhos brasileiros estão reforçando esse preconceito, quando eles próprios não se assumem como velhos e velhas e buscam abrigo em outras terminologias para representá-los.

Entendo também, que tanto à academia como a mídia, ao utilizarem eufemismos quando se referem ao(a) velho(a), estão reforçando o preconceito contra os velhos(as) e a velhice. Em palestras e apresentações de trabalhos científicos em eventos, encontro pesquisadores, ícones da gerontologia e da geriatria do Brasil, que enquanto abordam, cientificamente, a questão do envelhecimento, apresentam uma visão positiva da velhice e do(a) velho(a), mas quando se expressam no campo pessoal, percebo que em muitos momentos apresentam uma visão negativa da velhice e do(a) velho(a) e utilizam muitos eufemismos, tais como: “pessoas da terceira idade” “terceira idade” “gerontolescência”, “terceira juventude”, etc., a fim de se referirem ao(a) velho(a) e à velhice; o que considero um fator decisivo para a manutenção do estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra a gerontologia educacional brasileira, e neste caso, especificamente, a gerontologia educativa.

Dentre as três áreas da gerontologia educacional brasileira, esta é a área que mais concentra pesquisas sobre a educação do velho (a) brasileiro(a), com foco, quase exclusivo, nas “universidades” da terceira idade e seus desdobramentos. Cabe ressaltar, entretanto, que no Brasil a nomenclatura usualmente empregada “universidade da terceira idade” corresponde de fato a programas não-formativos dirigidos ao(a) velho(a), inseridos em um número ainda limitado de universidades e dirigido a um público específico e limitado de velho(a) e que, apesar de geralmente, intermediar o acesso desse(a) velho(a) ao conhecimento sobre alguns aspectos do envelhecimento, o mesmo não ocorre em relação ao público em geral. Neste sentido não se deve confundi-la com uma universidade, uma vez que não têm vocação acadêmica e científica.

Autoras como, por exemplo: Debert, 1996; Cachioni, 1998; Oliveira, 2007; estudaram esse universo e produziram pesquisas relevantes que deram certa visibilidade à 2ª área majoritária. Contudo, esses estudos abarcaram apenas um universo específico e limitado de velho(a), o que provocou uma lacuna com relação à educação para o envelhecimento do(a) velho(a) que está fora desse universo, –

segunda pista encontrada - e como consequência disso, essa área continua em um estado embrionário de desenvolvimento.

Categoria Gerontologia Acadêmico-Profissional

No Brasil, da mesma forma que as outras duas áreas, citadas anteriormente, A gerontologia acadêmico-profissional - tem uma história acadêmica e profissional muito reduzida - também, se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento, como apontam a seguir as pistas encontradas nesta categoria.

Como primeira pista, encontrei que no Brasil o(a) velho(a) e a velhice além de não serem objetos de estudo da maioria dos pesquisadores da área de humanas, principalmente, da pedagogia, também são esquecidos por eles, quando participantes da criação de políticas educacionais. Identifiquei (Lins,T. 2001) que esse descaso, talvez se deva à visão negativa que tanto esses profissionais como os legisladores têm sobre o(a) velho(a) e o envelhecimento. Por isso, só recentemente, é possível ver o(a) velho(a) e a velhice como objeto de estudo dos profissionais da área de humanas, mesmo assim, em pequeníssima escala. O que se reflete na ausência de profissionais com formação específica para atuar com os(as) velhos(as) brasileiros(as).

A segunda pista encontrada é a ausência de uma formação específica do educador/docente que atua nas diversas modalidades de ensino dirigidas ao(a) velho(a) brasileiro(a) e a presença de docentes na Educação de Jovens e Adultos - modalidade de ensino que contempla a educação do(a) velho(a) brasileiro(a) em três seguimentos: Fundamental I e II e ensino médio - sem uma formação inicial específica para atender às necessidades educacionais, de formação e de trabalho desse velho brasileiro. Encontrei como professores do PBA, concluintes do ensino médio, professores da educação básica regular, pedagogos, etc. E como docentes da EJA nos três seguimentos, pedagogos, cujos conteúdos da formação inicial não contemplavam saberes sobre o envelhecimento humano.

Como terceira e quarta pistas, respectivamente, encontrei que no Brasil, atualmente, não existe uma profissionalização, assim como, não existe nenhuma

profissional com formação específica para atuar na 1ª e na 2ª áreas majoritárias da gerontologia educacional. Ressalto, entretanto, que com relação à terceira área, a gerontologia acadêmico-profissional, existe o “perfil-tipo” do formador de formador brasileiro nos cursos strictu sensu no Brasil que identifiquei em outra pesquisa em 2007.

CONCLUSÃO

Diante do exposto ao longo do texto, posso afirmar que a gerontologia educacional brasileira em suas três áreas majoritárias de atuação ainda se encontra em um estado embrionário de desenvolvimento, principalmente, a sua primeira área majoritária.

Constatee ao longo da pesquisa que, no Brasil inexistente uma política nacional de educação, uma legislação educacional e uma educação regular específica dirigidas ao(a) velho(a); há ausência de profissionais com formação específica para atuar nas três áreas da gerontologia educacional; não há uma profissionalização; a produção científica e literária na área é ínfima e há um descaso da academia para com os temas da gerontologia educacional; a manutenção dos “mitos” e os estereótipos sobre o envelhecimento e a velhice ainda é uma realidade na sociedade e os eventos científicos não estão abertos à gerontologia educacional.

Considero que a interrupção do Projeto “Bases para a Educação Superior e Envelhecimento Humano no Brasil”, SESu-CAPEs, que abortou a implantação das disciplinas gerontologia e/ou geriatria, na educação superior, foi um fato que contribuiu muito para o estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra a gerontologia educacional brasileira.

Acredito que educação dirigida ao velho(a) brasileiro(a) deve ser uma educação transformadora, que propicie ferramentas necessárias ao(a) velho(a) para a sua participação e intervenção nas tomadas de decisões referentes à sua vida, dentro da sociedade, deixando de atuar como um sujeito passivo da ação de outros sobre si e suas necessidades; e que responda aos cinco interrogantes básicos: por

(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

que, para que, o que, onde e como da educação do(a) velho(a). Essa educação é indispensável para fomentar uma convivência intergeracional pacífica e um envelhecimento digno para todos os cidadãos.

Contudo, acredito que permanecendo este estado embrionário de desenvolvimento em que se encontra a gerontologia educacional brasileira, dificilmente, o (a) velho (a) brasileiro (a) construirá o seu empoderamento e tampouco serão construídos a solidariedade intergeracional e um envelhecimento populacional digno.

Reafirmo (Lins,T.2009) que a gerontologia educacional inscreve-se na história da gerontologia social, que por sua vez, se inscreve na história da gerontologia. Portanto, tomando-se em consideração o inacabado do ser humano, que abre perspectivas para a sua educação ao longo da vida, há de se pensar também na perspectiva educacional da gerontologia social, a gerontologia educacional.

REFERÊNCIAS

Berquó E. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. Velhice e Sociedade. Campinas: Papirus;1999.

BRASIL. Política nacional do idoso. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofício; 2001.

BRASIL. Estatuto do idoso. São Paulo: Editora Escala; 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF. 20 de Dezembro de 1996. [acesso em: 22 de jan.2004].Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm>>

BRASIL. Síntese dos Indicadores Sociais 2013(Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [acesso em: 28 novembro, 2014]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.



Cachioni M. Universidades da Terceira Idade: Das origens à experiência brasileira. In: A. L. Neri; G. G. Debert. (Org.). *Velhice e Sociedade*. 1ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999, v. 1, p. 141-178.

Debert G. G. As representações (estereótipos) do papel do idoso na sociedade atual. In: *Anais do I Seminário Internacional de envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século*; julho 1-3; Brasília; Ministério da Previdência e Ação Social Brasil; 1996. P.35-45.

Jarvis P. Educación de la tercera edad: redescubriendo la educación de adultos no profesional. Saéz J. Coordinador. *Pedagogía social y programas intergeneracionales: educación de personas mayores*. Málaga: Aljibe; 2002.

Lins T. Recursos Humanos qualificados: Atención de calidad a las personas mayores. Barcelona. Dissertação [Mestrado Profissional em Gerontologia Social] Universidade de Barcelona; 2001.

Lins T. Formação de profissionais educadores: Pistas para um programa alternativo. Salamanca. Dissertação [Mestrado em Educação de Pessoas adultas] - Universidade de Salamanca; 2004.

Lins T. Formador de formador: Características educacionais e profissionais de acadêmicos que ensinam na formação continuada stricto sensu em gerontologia no Brasil. *Revista Kairós Gerontologia*. 2007 dez; 10(2):135-151.

Lins T. Em busca do gerontólogo educacional brasileiro: uma construção do modelo do gerontólogo educacional a ser aplicado no Brasil. Salamanca. Tese [Doutorado em Educação de Pessoas Adultas] – Universidade de Salamanca; 2009.

Lins T. Gerontólogo educacional brasileiro: a construção do modelo brasileiro. *Revista Kairós Gerontologia*. 2013 jun;16(3):117-140.

Lins T. Cartografia do envelhecimento e do velho brasileiro: uma revisitação. Recife. Relatório de Pesquisa [Pós-doutorado em Educação] – Universidade Federal de Pernambuco; 2015.

Martín G. A.V. Enfoques teóricos sobre la participación educativa en la vez. *Revista de Teoría de la Educación*. 2003 Abril; v. (IV): 165-181.

Oliveira R. C. S. O processo histórico do estatuto do idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. *Revista HISTEDBR Online*. 2007 dez.: 28: 278-86.

Peterson D.A. A history of the education of older learners. Sherron, R.M.; Lumsden, D.B. eds. 1978: *Introduction to educational gerontology*. Washington, D.C: Hemisphere Publishing Corporation; 1990.